

Declaração em substituição de certificações (autocertificação)**Mod. MI-IMM-AUT-01**

De acordo com D.P.R. n. 445 de 28.12.2000 A _____

Eu, abaixo assinado (nome e sobrenome) _____

nascido _____ Prov. _____ Estado _____

o _____ residente/domiciliado em _____ Prov. _____

em Via/Piazza _____ n. _____

cientes das sanções penais em caso de falsas declarações e da consequente perda de quaisquer benefícios obtidos (nos termos dos artigos 75 e 76 do Decreto Presidencial 445/2000) sob sua própria responsabilidade**ESTADOS** ter nascido em _____ o _____ Prov. _____ ser residente no Município de _____

Rua/Piazza _____ n. _____

 que o estatuto familiar é composto, além de mim, pelas seguintes pessoas:

SOBRENOME E PRENOME	DATA DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	RELATÓRIO DE PARENTESCO

 ser cidadão italiano ser cidadão _____ gozar dos direitos civis e políticosSer: Donzela solteira de estado livre ser casado com _____ ser viúva ou viúvo de _____ você é divorciado de _____ Estar ainda vivo que meu filho chamado _____ nasceu em _____

em _____ Prov.

_____ Estado _____

 que faleceram em _____ data (sobrenome, prenome e relação familiar)

_____ em _____

 ser inscrito no seguinte Cadastro ou lista mantida pela administração pública pertencer à associação profissional de _____ possuir os seguintes qualificação _____

Emitido pelo _____ da escola/universidade de _____

 ter realizado os seguintes exames _____

_____ na escola/universidade _____

possuir os seguintes títulos profissionais de qualificação, especialização, qualificação, treinamento, atualização e qualificação técnica _____

que os seus rendimentos ou situação económica, incluindo para efeitos de concessão de prestações de qualquer natureza previstas

Para leis especiais, para o ano _____ é como follows _____

ter cumprido as obrigações específicas de contribuição para um montante pago de _____

seu código fiscal _____

o seu número de contribuinte ou quaisquer dados no arquivo do registo fiscal _____

Está actualmente desempregado , está reformado com uma categoria de pensão _____

ser estudante da escola/universidade _____

ser representante legal de pessoas físicas ou jurídicas, tutor, curador e congêneres _____

estar inscrito em associações ou formações sociais de qualquer natureza _____

encontrar-me, para fins militares, na posição de _____

(*aguardando convocação, dispensado para o término do mandato, reformado, dispensado, dispensado, diferido por di _____ motivos, de ter atuado como substituto civil como objetor de consciência*)

que não tenho conhecimento de nenhum processo criminal contra mim

que tem pendente um processo penal pendente em _____ para

não ter sido condenado por quaisquer infrações penais, nem mesmo como resultado de sentenças de delação premiada e condenações criminais

ter relatado as seguintes condenações (indicar também as que não são definitivas, e para cada uma delas se definitivas ou não):

que nos registos do estado civil do Município de _____ se verifica que _____

que não se encontram em situação de liquidação ou falência e que não solicitaram um acordo com os credores

O abaixo assinado declara ainda ser informado, nos termos do Decreto Legislativo n.º 196/2003 (código relativo à proteção de dados pessoais) e do Regulamento da UE n.º 679/2016, de que os dados pessoais recolhidos serão tratados, incluindo com ferramentas informáticas, exclusivamente no âmbito do procedimento para o qual é feita a presente declaração.

Data

Assinatura legível do declarante

Esta declaração não exige a autenticação da assinatura e substitui para todos os efeitos as certificações normais exigidas ou destinadas a uma administração pública, bem como aos gestores de serviços públicos e particulares que a permitam.

Em caso de falsa declaração, o declarante também será punido por infrações penais.

Trecho do D.P.R. n. 445/2000: Art. 38 Procedimentos para envio e assinatura de requerimentos – [...] 3. Os pedidos e declarações em substituição das declarações a apresentar aos organismos da administração pública ou aos gestores ou operadores de serviços públicos **devem ser assinados pelo interessado na presença do trabalhador responsável ou assinados e apresentados juntamente com uma fotocópia não autenticada de um documento de identidade do signatário.** Deve ser colocada no processo uma fotocópia do documento. Uma cópia do requerimento assinado pelo interessado e uma cópia do documento de identidade podem ser enviadas eletronicamente; [...] **Art. 47 Declarações em substituição de declaração juramentada** - 1. A declaração juramentada relativa ao estatuto, às qualidades pessoais ou aos factos que o interessado tenha conhecimento directo é substituída por uma declaração feita e assinada pelo interessado, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 38º 2. A declaração feita no próprio interesse do declarante pode igualmente dizer respeito aos estados, qualidades pessoais e factos relativos a outras pessoas de que tenha conhecimento directo. 3.

Tradução não oficial de cortesia - Somente a versão italiana se aplica

Sem prejuízo das excepções expressamente previstas na lei, nas relações com a administração pública e com as concessionárias de serviços públicos, todos os Estados, qualidades pessoais e factos não expressamente indicados no artigo 46.º devem ser provados pelo interessado através de declaração em substituição de uma declaração juramentada. 4. Salvo disposição legal expressa que a comunicação à Autoridade de Polícia Judiciária é requisito prévio necessário para accionar o procedimento administrativo de emissão de segunda via de documentos de identificação ou, em qualquer caso, que certifiquem o estado e as qualidades pessoais do interessado, a perda dos próprios documentos é comprovada pelo requerente da segunda via através de declaração substitutiva. **Art. 75 Perda de benefícios** – 1. Sem prejuízo do disposto no artigo 76.o, se o controlo referido no artigo 71.o revelar a inveracidade do conteúdo da declaração, o declarante perderá os benefícios resultantes da medida emitida com base na declaração inverídica. 1-bis. A declaração falsa também implica a revogação de quaisquer benefícios já pagos, bem como a proibição de acesso a contribuições, empréstimos e facilidades por um período de 2 anos a partir do momento em que a administração adotou a escritura de caducidade. No entanto, as intervenções, incluindo económicas, a favor dos menores e para situações familiares e sociais de particular dificuldade mantêm-se firmes.

Art. 76 Disposições Penais - 1. Quem prestar declarações falsas, formar documentos falsos ou deles fizer uso nos casos previstos nesta lei consolidada será punido de acordo com o Código Penal e as leis especiais sobre o tema. ((A pena ordinariamente prevista no Código Penal é aumentada de um terço para metade. 2. A produção de documento contendo dados que já não correspondem à verdade equivale à utilização de documento falso. 3. As declarações juramentadas feitas nos termos dos artigos 46.o e 47.o e as declarações feitas em nome das pessoas referidas no n.o 2 do artigo 4.o são consideradas como tendo sido feitas a um funcionário público.